



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO**

MANOEL MACHADO RIBEIRO FILHO

**FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
COMUNIDADE DE JOANA PERES, BAIÃO, PARÁ.**

ALTAMIRA-PARÁ

2019

MANOEL MACHADO RIBEIRO FILHO

**FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
COMUNIDADE DE JOANA PERES, BAIÃO, PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade do Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará-UFPA, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Etnodesenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Giovana Souza Rocha

ALTAMIRA-PARÁ

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Ribeiro Filho, Manoel Machado.

Fortalecimento da agricultura familiar na comunidade Joana Peres, Baião, Pará. / Manoel Machado
Ribeiro Filho, . – 2019.
45 f.: il. Color.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Carla Giovana Souza Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - , , Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Agricultura diversificada. 2. Agroextrativismo. 3. Etnodesenvolvimento. 1. Título.

CDD 301.35

MANOEL MACHADO RIBEIRO FILHO

**FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE
JOANA PERES, BAIÃO, PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade do Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará-UFPA, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Etnodesenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Carla Giovana Souza Rocha (Orientadora)
Presidente da Banca

Prof^a. Dr^a. Eliane da Silva Sousa Faria (Examinadora)

Prof^o. Dr^o. Gustavo Goulart Moreira Moura (Examinador)

ALTAMIRA-PARÁ

2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e por permitir mais uma conquista, de conclusão deste Curso superior na Universidade Pública.

À Universidade Federal do Pará (UFPA), por ter criado um curso específico aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PCTs), que ao longo do tempo buscaram uma educação diferenciada para a obtenção de conhecimentos teóricos, que em consonância aos conhecimentos tradicionais transmitidos dos nossos pais e de nossos coletivos, temos a oportunidade de prosseguir a vivência universitária, e de sermos agentes transformadores comprometidos com nossas pertencas (comunidades).

Ao Curso de Etno (como o chamamos carinhosamente) por proporcionar-me a obter e ampliar os conhecimentos tradicionais do meu grupo de pertença, mas também os conhecimentos de legislação dos direitos humanos, direito a diversidade, direito a saúde, direito do idoso e da criança e adolescente, de arqueologia e antropologia, sociolinguística, de etnoeducação, Etnoecologia e etnoconservação, e de outras disciplinas.

Aos agentes financiadores que possibilitaram financeiramente a implantação do Curso de Etnodesenvolvimento. Pauta que os movimentos sociais vieram discutido por muito tempo, em especial pelos Povos Indígenas da Região do Xingu, que no decorrer da discussão do Curso viram a importância de outros Povos e Comunidades Tradicionais para sustentabilidade da Amazônia e permitiram a participação dos mesmos no Curso diferenciado de nível superior que é Etnodesenvolvimento.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a Carla Giovana Souza Rocha, pela confiança, otimismo e rica orientação, e também pela compreensão e respeito no decorrer do processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus queridos e minhas queridas e especiais docentes efetivos (as), colaboradores (as) e convidados (as) da Faculdade de Etnodiversidade por partilhar os seus conhecimentos e contribuir na formação de pessoas valiosas que carregam consigo a sua identidade e sua história de resistência, que com os ensinamentos decorrentes das disciplinas e orientações, nos transformam nessas pessoas raras com instruções e conhecimentos que poucos obtém em um curso de nível superior, com o comprometimento e missão de defender suas

pertenças/coletivos nos espaços de debates no sentido de garantir os seus direitos outorgados nas leis constitucionais.

Aos Extrativistas da comunidade de Joana Peres, minha pertença. Em especial aqueles que contribuíram nas minhas pesquisas para os Tempos Comunidades (TC) e na construção deste Plano de Ação, os quais eu destaco: Ailton Machado Ribeiro, Benedito Machado, Rosa Viana (Dona Ervira), Leônidas Pixuna Ribeiro, Heráclito da Silva Ribeiro, Marcio Caldas, Dona Benedita, Adalgiza Machado da Ponte, Neilson Viana, Domingo de Nazaré Machado, Tiago Serrão Machado, Odila Pinto Ferreira da Silva, João Maria Pereira, Maria Celina Rodrigues Monteiro, Leônidas Pixuna Ribeiro Neto, Welerson Pixuna de Carvalho, Geovana Pixuna de Carvalho, Pedro Ferreira da Silva, Raimundo Nunes Martins, Gilberto Pimentel, Dirso Ferreira Viana, Basílio Machado Pinheiro, Domingos Estácio Barbosa, Jose Mendes Feitosa, Selma Maria Rodrigues, Danielle Leão de Mendonça, Fabrícia Monteiro Barroso, Vergílio Borges Nunes, Maria da Conceição Ferreira Ribeiro, Jevison Ferreira Neri, Calisto dos Santos Meireles, Elielson da Silva Correa, Deusdeth da Conceição de Carvalho, seu Alírio e Ronaldo de Carvalho Sacramento. A Associação dos Moradores e Mini Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, do Polo Norte, das Comunidades: Vila de Joana Peres e Xininga (ASSORIANORTE), por ter me proporcionado por meio da carta de pertença, representar os extrativistas no Curso de Etnodesenvolvimento, da Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira.

Aos amigos e as amigas extrativistas, Agricultores (as) Familiares, Indígenas, Pescadoras e Quilombolas, do Curso de Etnodesenvolvimento da turma de 2015, que inúmeras vezes tivemos momentos de dificuldades durante a permanência no Tempo Universidade (TU), que vencemos através da força que dávamos uns para os outros em permanecer e concluir o tão almejado curso superior na UFPA.

Finalmente agradeço os meus familiares, minhas irmãs Marinalva Lopes e Elizandra R. Lopes que nos momentos de dificuldades sempre trouxeram palavras de incentivo. Em especial meus pais, Manoel Machado Ribeiro e Lindalva Lopes, que me ensinaram a percorrer meus caminhos de forma correta, que me levaram a ser o que sou hoje, e que não mediram esforços para a minha permanência na Universidade durante os quatro anos de Curso, a eles toda a gratidão por serem a minha base e o meu incentivo nessa luta.

RESUMO

O Plano de Ação trata-se do trabalho de conclusão de Curso em Etnodesenvolvimento, uma proposta que vem atender a uma demanda dos extrativistas da comunidade de Joana Peres, Baião, estado do Pará, para a elaboração de um projeto voltado para a agricultura, ou mais precisamente, para o sistema de cultivo. Neste sentido, a partir dos diálogos e da reunião com os comunitários surgiram alguns questionamentos motivadores para a construção de uma proposta de ampliação do consorciamento com espécies perenes e essências florestais nativas da região e assegurar renda familiar o ano todo. Com a maior diversificação da atividades agrícolas, haverá promoção de emprego na comunidade e consequentemente incentivar as pessoas a permanecerem. Baseado neste diálogo e preocupações que os comunitários decidiram a construção da proposta de fortalecimento da agricultura familiar sustentável na comunidade. A agricultura é desenvolvimento por meio do sistema tradicional de corte e queima, e entre algumas espécies cultivadas estão a pimenta do reino, açaí, cupuaçu, mandioca e arroz, plantados consorciadas ou não. Para além da agricultura, para a complementação da renda familiar, os comunitários exercem outras atividades como extrativismo de produtos florestais não madeireiros, pesca, caça, criações de bovino e outras. Serão buscadas parcerias institucionais para reforçar o plano, a partir da perspectiva de fortalecimento de estratégias de etnodesenvolvimento por meio do protagonismo das famílias e de valorização dos saberes tradicionais e locais.

Palavras-chaves: Agricultura diversificada; Agroextrativismo; Etnodesenvolvimento. .

ABSTRACT

The Action Plan deals with the conclusion work of the Ethnodevelopment Course, a proposal that meets a demand from the extractivists of the community of Joana Peres, Baião, state of Pará, for the elaboration of a project focused on agriculture, or more precisely, to the cultivation system. In this sense, from the dialogues and the meeting with the community members, there were some motivating questions for the construction of a proposal to expand the consortium with perennial species and forest essences native to the region and to ensure family income all year round. With the greater diversification of agricultural activities, there will be promotion of employment in the community and consequently encourage people to remain. Based on this dialogue and concerns that the community decided to build the proposal to strengthen sustainable family agriculture in the community. Agriculture is development through the traditional system of cutting and burning, and among some cultivated species are the black pepper, açaí, cupuaçu, manioc and rice, planted intercropped or not. In addition to agriculture, to complement the family income, the community members carry out other activities such as extractivism of non-timber forest products, fishing, hunting, creation bovine and others. Institutional partnerships will be sought to reinforce the plan, from the perspective of strengthening ethnodevelopment strategies through the protagonism of families and appreciation of traditional and local knowledge.

Keywords: Diversified agriculture; Agroextractivism; Ethnodevelopment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da Comunidade de Joana Peres.	16
Figura 2: Mapa de localização da área de pesquisa, Joana Peres (Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho), município de Baião-PA.	17
Figura 3: Dados sociais dos núcleos familiares da comunidade de Joana Peres.	19
Figura 4: Sistema de consorcio.	37
Figura 5: Croqui do viveiro.....	39

LISTA DE SIGLAS

AMEJP	Associação dos Moradores, Pecadores e Produtores Familiares Rurais da Vila Extrativista de Joana Peres, Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho
APAVICRI	Associação dos Pequenos Agricultores da Vila das Crioulas
ASSORIANORTE	Associação dos Moradores e Mini Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, do Polo Norte, das Comunidades: Vila de Joana Peres e Xininga
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEAP	Centro Agroecológico de Assessoria e Educação Popular
CF	Constituição Federal
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO	Fundo Constitucional do Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e Não-Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
LN GUERRA	Indústria e Comércio de Madeiras LTDA
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIN	Programa de Integração Nacional
RESEX	Reserva Extrativista
SEMAF	Secretaria Municipal de Agricultura Familiar
TC	Tempo Comunidade
TU	Tempo Universidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 DESENVOLVIMENTO.....	15
1.1 Município de Baião-Breve Histórico	15
1.2 Comunidade de Joana Peres	16
1.2.1 Localização e acesso	16
1.2.2 Breve Histórico de Fundação.....	17
1.3 RESEX Ipaú-Anilzinho-breve histórico	19
1.4 Minha trajetória.....	21
2 PROBLEMÁTICA	22
2.1 Desenvolvimento na Amazônia.....	22
3 SISTEMA DE PRODUÇÃO.....	26
3.1 Dinâmica do Sistema de Produção	27
3.1.1 Subsistema Extrativista.....	27
3.1.2 Subsistema Pesca Artesanal	27
3.1.3 Subsistema de cultivo	28
3.1.4 Subsistema de criação.....	28
4 JUSTIFICATIVA	29
5 OBJETIVOS	31
5.1 Objetivo Geral.....	31
5.2 Objetivos Específicos	31
6 METAS.....	32
7 METODOLOGIA.....	33
7.1 Oficinas	34
7.1.1 Oficina de apresentação do Plano de Ação e seu desenvolvimento	35
7.1.2 Oficina - diagnósticos dos problemas enfrentados nos cultivos e formas de resolvê-los.....	35
7.1.3 Oficina sobre sistemas de consorciamento e troca de saberes	36
7.2 Intercâmbio	38
7.3 Construção do viveiro e produção de mudas	38
7.4 Análise de solo das áreas, limpeza e arado das áreas	40
7.5 Plantio das culturas	40
7.6 Irrigação	40
7.7 Relatórios de execução do projeto e oficina para apresentação dos resultados.....	41
8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	42
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
10 REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	46

INTRODUÇÃO

A discussão trata-se de um Plano de Ação, junto a nós extrativistas da comunidade de Joana Peres, Baião-PA. Trabalho de conclusão de Curso em Etnodesenvolvimento, promovido pela Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira-PA. O mesmo tem por finalidade apresentar a discussão e resultados parciais do Plano de Ação em estágio de desenvolvimento em processo de elaboração entre o período de 2017 a 2018, junto aos produtores familiares rurais da Comunidade de Joana Peres - Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. O atual plano de ação tem como base metodológica a pesquisa-ação como forma de promover o etnodesenvolvimento da comunidade Extrativista de Joana Peres (minha pertença) e proporcionar a construção de novos conhecimentos. Para Franco (2005, p. 485), “[...] pesquisa e ação devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática. No entanto, a direção, o sentido e a intencionalidade de transformação serão o eixo da caracterização da abordagem da pesquisa-ação”.

Para a elaboração deste Plano de Ação, inúmeras foram as razões que me incentivaram. De início, ter uma proposta que viesse contribuir com o grupo de pertença (extrativista) o qual eu faço parte; depois, a necessidade de modificar ou aprimorar o sistema de produção dos produtores familiares rurais. Parte também de uma motivação profissional que surgiu em 2012, no decorrer do curso Técnico Florestal promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Campus Castanhal, mais precisamente quando eu realizei o segundo estágio, em Quatro Bocas, Tomé-Açu - PA, aonde pude conhecer o Sistema Agroflorestal (SAF¹)².

Potencializar a agricultura, prática indispensável à Comunidade é também uma motivação pessoal, uma vez que a discussão que realizo propõe entre distintas atividades motivar o protagonismo dos comunitários e melhorar os saberes já existentes no sistema de cultivo das famílias extrativistas para expandir o consumo e a comercialização. É uma

¹ Cultivo ou manejo da terra, que combinam espécies arbóreas, espécies florestais com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de maneira simultânea ou em sequência temporal e que promovem benefícios econômicos e ecológicos.

² Razões, motivações e afirmação identitária que só se concretizam no decorrer do Curso de Etnodesenvolvimento.

possibilidade viável à medida que esta ação contempla objetivos do coletivo, pessoal e profissional.

Esta proposta vem atender uma demanda dos extrativistas da região, identificada por mim desde o 1º Tempo Comunidade (TC) que tinha como objetivo detectar, observar e avaliar através de pesquisa de campo com os próprios moradores, seus problemas, conhecimentos (saberes), culturas e histórias do passado. Estes diagnósticos foram realizados até o 4º TC. Partindo destes diálogos para a construção das pesquisas com os atores sociais, e de acordo com a proposta do curso de Etnodesenvolvimento, da construção de um projeto elaborado com/para os moradores, surgiu a proposta para elaboração de um Plano de Ação voltado para as atividades agrícolas, ou mais precisamente, para o sistema de cultivo.

O Curso de Etnodesenvolvimento foi pensado para atender as demandas dos povos e comunidades tradicionais a partir da intervenção dos profissionais formados no Curso, como afirmam Lopes e Silva (2015, p. 226):

O Curso de Etnodesenvolvimento foi pensado para atender as demandas de qualificações profissionais de povos e comunidades tradicionais. Objetivo do curso é formar agentes de etnodesenvolvimento, para que possam trabalhar em suas comunidades de origem intervindo em instâncias internas e externas e na elaboração de projetos de intervenção que possa beneficiar toda a comunidade.

O curso é realizado na Pedagogia da Alternância, desenvolvido no Tempo Comunidade (TC), ocorrido nos períodos de março, abril e maio, e de setembro, outubro e novembro, e no Tempo Universidade (TU), desenvolvidos nos meses de janeiro a fevereiro, e julho a agosto.

A estrutura Curricular do Curso é baseada na Pedagogia da Alternância, em que há o período do Tempo-Universidade, sempre no regime intervalar [...] em que os discentes participam das disciplinas curriculares, e o período do Tempo-Comunidade, no qual os discentes retornam aos grupos de pertença para realizar atividades previamente planejadas de pesquisa, extensão e ensino, e que são monitoradas pelos docentes (Idem, 2015, p. 226).

Ao retornarmos aos nossos grupos de pertença desenvolvemos relatórios a partir das disciplinas pré-estabelecidas do próximo semestre, onde somos orientados pelos docentes que vão até as nossas comunidades, e ao voltarmos para a universidade, as disciplinas são abordadas com base nos saberes/práticas tradicionais de nossas pertenças, pois “as atividades do Curso são todas pensadas a partir da realidade dos alunos, de forma a aliar os

conhecimentos tradicionais com o conhecimento científico” (Ibidem, 2015, p. 227), ou seja, por meio do diálogo entre povos e comunidades tradicionais e academia.

Nesse sentido, a construção dessa proposta iniciou na reunião organizada por mim e pelas colegas de pertenças e de curso³, em setembro de 2017 (veja imagens do momento nos Apêndices A e B), com a finalidade de discutir propostas para elaboração do Plano de Ação na Comunidade. Dessa forma, entre as demais propostas discutidas pelos comunitários como os temas alcoolismo, reciclagem, desmatamento, piscicultura, e outros, o fortalecimento da agricultura surgiu como forma de geração de emprego, melhoria na economia local, aumento da renda familiar e melhores condições de trabalho.

Essa proposta visa trabalhar com os produtores familiares rurais da comunidade Extrativista de Joana Peres que têm como umas das principais atividades a agricultura que ainda é realizada de forma tradicional envolvendo o sistema de corte/queima, plantio e cuidados⁴. Entre as espécies cultivadas estão a pimenta do reino, açaí, cupuaçu, mandioca, arroz e outras. Alguns destes cultivos são através de consórcios, como: açaí e mandioca, pimenta do reino e açaí. Para além da agricultura, para a complementação da renda familiar, os comunitários exercem outras atividades como: extrativismo de produtos florestais não madeireiros, pesca, caça, criações de bovino e outras.

O Plano de Ação está estruturado por tópicos, partindo pela caracterização do município, locus da discussão e da unidade de conservação a qual está inserida, considerando a descrição da região do ponto de vista local. Logo após será feita a teorização do tema “Desenvolvimento” da Amazônia e da Comunidade. A seguir serão apresentados a caracterização do sistema produtivo da localidade, justificativa, objetivos gerais e específicos do projeto, metas, metodologia e cronograma de execução.

³ Margarete Ferreira Ribeiro e Leiziane Chagas Machado.

⁴ Cultivar a roça no seu contexto envolve uma série de etapas, desde a roçagem até ao plantio. O cultivo da roça inicia com a escolha da área. Em seguida a etapa de roçar (brocar) a mata virgem ou capoeira, utilizando-se ferramentas como foice ou facão. Após a roçagem, faz-se a derrubada com machado ou motosserra, sempre nos meses de agosto a outubro. Feita a derruba, espera-se de trinta a quarenta e cinco dias a vegetação secar. Faz-se, então, a queima da roça. Esse procedimento requer atenção quanto à utilização do fogo, pois ele pode se espalhar pela mata. Portanto, ao passar os quarenta e cinco dias, necessários para a vegetação secar é feito aceiro. É necessário que se faça o aceiro para o fogo não atingir a mata e provocar prejuízos ao meio ambiente. Após a queima da roça, é feito a coivara, que é a limpeza da roça e queima extra de material que não queimou direito.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 Município de Baião-Breve Histórico

O início da povoação da atual sede deste importante município da região tocantina se deu através do Governador e General Antônio Coelho de Carvalho do Maranhão e Pará, donatário da região chamada de Camutá⁵, almejando o desenvolvimento e exploração do imenso território. Porém, impossibilitado de fazer tal desejo, decidiu dar a sesmaria⁶ a quem quisesse levar o seu sonho adiante. Dentre os demais, o fidalgo Antônio Baião foi contemplado com uma das sesmarias, porém, para tal concessão o sesmeiro tinha a obrigação de construir na área escolhida uma “casa decente e grande”, como expõe Ramos (2009, p. 17):

Baião é originário da Capitania de Cametá, segundo núcleo populacional surgido na região do Baixo Tocantins no ano de 1694, quando era Governado do Grão-Pará Antônio Coelho de Carvalho que desejando povoar o imenso território, decidiu conceder terras a quem quisesse cultivar (Idem).

Com base nos escritos de Ramos (2009), Antônio Baião buscando executar o estabelecido na concessão sesmaria, ao percorrer inúmeros locais do Rio Tocantins, se estabeleceu em um “local alto e aprazível – configurando uma colina - afastado de Cametá, situado no lado direito do vale”. O mesmo construiu uma Igreja, manifestando a crença que deixou a imagem de Santo Antônio de Pádua, que nesta localidade veio se tornar o padroeiro.

Em 1694, o município de Baião foi colonizado por Antônio Baião, enviado para navegar nas águas do Rio Tocantins pelo Governador da província do Grão-Pará Antônio Coelho de Carvalho, designado pela lei provincial nº 86, para comandar o território da região do Baixo Tocantins, e explorar os recursos naturais tais como diamante, ouro e mão de obra escravizadas na época da colonização para os portugueses. A mesma região tocantina se efetivou como município no ano de 1833 quando foi outorgado oficialmente sua fundação, sendo reconhecido como Município de Baião, sendo destacado a influência do colonizador a luz do seu sobrenome “Antônio Baião”, na alusão de ter colonizado o território do município de Baião.

⁵ Pequeno território pertencente ao município de Cametá.

⁶ Terreno sem cultivos ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo.

1.2 Comunidade de Joana Peres

1.2.1 Localização e acesso

Joana Peres é uma Vila⁷, mais conhecida tradicionalmente como comunidade (ver Figura 01), termo que estamos nos referindo à mesma, localizada no município de Baião-PA, Nordeste do estado do Pará. A localidade faz fronteira com a comunidade quilombola de Umarizal, ao Norte; com comunidade extrativista de Anilzinho, ao Sul; com a Vila de Ituquara, ao Leste e com a fazenda Martins, ao Oeste.

Figura 1: Vista aérea da Comunidade de Joana Peres.

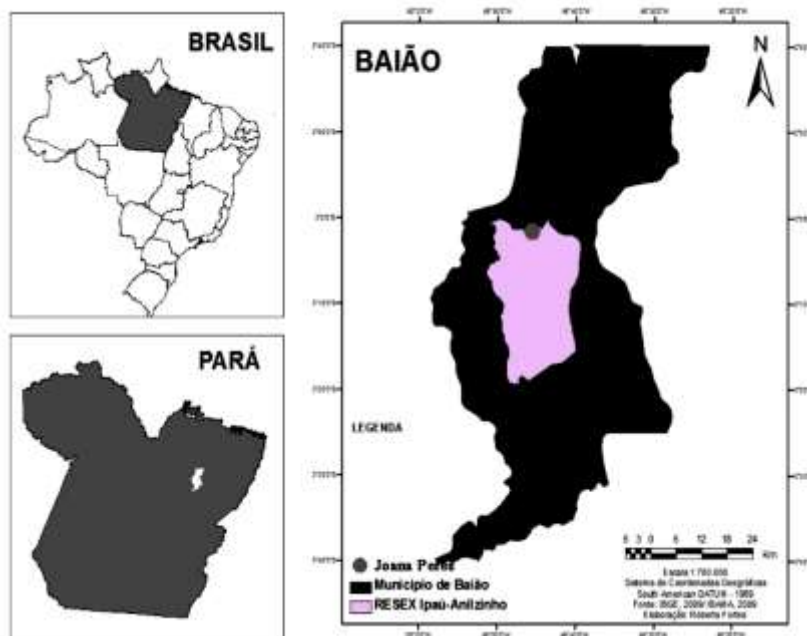


Fonte: Equipe MonstroBike, 2018.

É o segundo distrito do município de Baião, faz parte da RESEX Ipaú-Anilzinho (Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho), criada pelo decreto presidencial 4340 de 14 de junho de 2005 (ver localização na Figura 02).

⁷ Nos fatos narrados do passado da comunidade pelos comunitários registram que a mesma foi registrada como Vila, porém, não se sabe exatamente o período ou documento que comprove. No entanto, pode-se verificar a existência de registro da comunidade conhecida como Vila nos mapas antigos do Pará e Brasil.

Figura 2: Mapa de localização da área de pesquisa, Joana Peres (Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho), município de Baião-PA.



Fonte: Figueiredo & Bezerra, 2015.

A comunidade está situada a partir da BR 422, entre os municípios de Tucuruí e Cametá, que corresponde aproximadamente 200 quilômetros de distância entre os dois municípios, sendo que o seu território fica situado no km 115 no sentido Tucuruí-PA, e no km 120 sentido Cametá-PA na BR 422. No município, o tempo de percurso entre Joana Peres e Baião é de aproximadamente três horas de viagem por via fluvial através do Rio Tocantins.

1.2.2 Breve Histórico de Fundação

Joana Peres é uma comunidade distrito⁸ do município de Baião, a qual tem ligação histórica com o processo de colonização do estado do Pará, lutou pelo seu território contra indígenas e fazendeiros. Segundo relatos⁹ dos próprios moradores, a comunidade é mais antiga do que a sede do município. A comunidade foi fundada em 25 de outubro de 1778, e em homenagem a sua fundadora, **Joana Pires**¹⁰ de descendência portuguesa, recebeu este nome “**Joana Peres**”. Esta senhora, na época de colonização e de escravidão que o Brasil e o Estado do Pará se encontravam, recebeu grande área de posse do Governo da província do

⁸ 2º distrito do município

⁹ Entrevistas realizadas nos Tempos Comunidades.

¹⁰ Nome da mulher que colonizou Joana Peres.

Grão-Pará, e peregrinou nas águas da região tocantina em seus navios transportando negros e negras escravizados (as) com a finalidade de serem mão de obra exploradora dos recursos naturais na localidade.

Com base nos escritos de Ribeiro (2014), Dona Joana construiu sua sede na localidade e ano depois veio a falecer. Com a sua morte, com medo de serem capturados por outros senhores, seus escravos se refugiaram em lugares como **Mocambo** que fica a 5 km da vila, no **Tavares, Retiro e Carará**, onde pode-se encontrar vestígios de materiais de cerâmicas que os negros utilizaram para realizar suas atividades. Com a morte de Dona Joana e dos seus escravos terem fugidos e por a Comunidade ser pequena, a mesma ficou quase deserta. Após os escravos não ouvirem mais movimentos e nem comentários de senhores com intenção de capturá-los, voltaram onde moravam com Dona Joana. Neste mesmo período chegaram à localidade alguns comerciantes, e ao verem que Joana Peres era muito bonita e que poderia vir a ser sede do município, ali se estabeleceram. A luz desta passagem de que moraram pessoas de boas condições financeiras nesta comunidade, são os vestígios de pedras de mármore em sepulturas no cemitério local de pessoas que morreram entre 1800 a 1810.

Uma localidade de vários produtos naturais, que se tornou o ponto central das comercializações por meio da troca¹¹ de produtos pelos comerciantes¹² que vieram a se concentrar na comunidade, destacando-se os influentes comerciantes e comandantes Arlindo Melo e Juvêncio Melo, que foram sujeitos de grande importância para a organização da comunidade, referida nos fatos narrados pelos descendentes (anciões) como uma pequena cidade.

Diversos dados foram gerados na abordagem Sociolinguística do 2º Tempo Comunidade, realizado em 2016, que visou quantificar a população da comunidade de Joana Peres, incluindo o número de pessoas que sabem ler e escrever. Foram visitados os duzentos e vinte quatro domicílios. A pesquisa obteve dados como: quantas pessoas residem no domicílio, quantas sabem ler e escrever, quantas são homens, quantas são mulheres, quantas

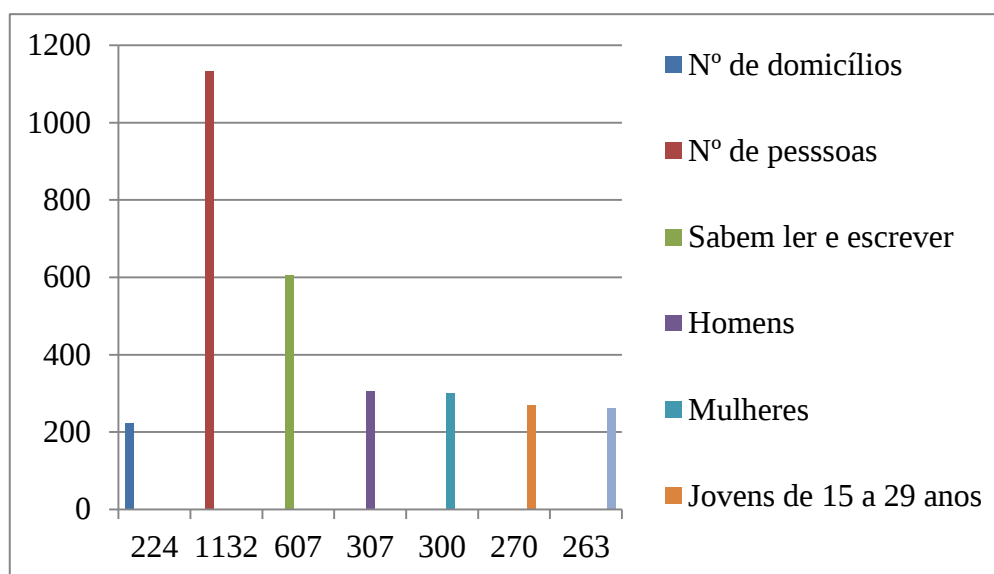
¹¹ Troca dos produtos extraído das áreas que os comerciantes detinha a posse por rancho/mantimentos ou alimentação.

¹² Senhores que detinham as posses das terras de onde os comunitários extraíam os produtos oriundos do extrativismo.

são jovens e quantas são mais velhas. No entanto, a pesquisa não expressa em números as crianças que estão relacionadas na quantidade de pessoas que sabem ler e escrever.

Nesta pesquisa realizada para o 2º Tempo Comunidade, podemos quantificar que atualmente na comunidade de Joana Peres residem 224 núcleos familiares, como pode ser visto no gráfico a seguir (Figura 3).

Figura 3: Dados sociais dos núcleos familiares da comunidade de Joana Peres.



Fonte: Ribeiro Filho (2016).

1.3 RESEX Ipaú-Anilzinho-breve histórico

A Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo florestal de produtos madeireiro e não madeireiro, caça, pesca artesanal, na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. A mesma tem como objetivos essenciais proteger os meios de vida, a cultura das populações, assegurar o uso comum sustentável dos recursos naturais do território. É de domínio público, e a concessão de uso se dá às populações extrativistas tradicionais através do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso¹³ (CCDRU).

¹³ Este instrumento de Concessão de Uso ainda não foi elaborado/entregue às comunidades.

Os conflitos Fundiários emergem no município de Baião a partir da década 70, por via da abertura da Transcametá, BR-422 (antiga PA-156) que liga as cidades de Tucuruí, Limoeiro do Ajurú e Cametá na região do Baixo Tocantins. Os conflitos socioambientais da região envolveram a comunidades de Joana Peres com o fazendeiro conhecido como Lázaro e a comunidade de Anilzinho com o fazendeiro conhecido como Sebastião. Na defesa do uso comum e dos recursos naturais da região, especialmente os castanhais, os moradores de Joana Peres e Anilzinho sofreram inúmeras perseguições e proibições no uso desses recursos naturais.

Década de 70, no ápice do conflito agrário, houve resistência das comunidades contra os latifundiários que tinham a terra para finalidades completamente contrárias da forma de uso dos extrativistas. A luta dos trabalhadores das comunidades de Joana Peres, Anilzinho¹⁴ e de outras regiões, junto a parceria da Igreja Católica da Prelazia de Cametá-PA, na luta pela permanência na terra, o uso dos recursos naturais e consequentemente evitar a grilagem, resultou-se na criação da Lei Anilzinho, movimento histórico na efetivação dos direitos dos trabalhadores do uso dos castanhais e da terra. Compreende-se que tal movimento social buscou o uso comum e o direito a terra para os extrativistas. O ponto importante desta Lei é a luta pela reforma agrária e a permanência das populações no território do Baixo Tocantins.

Da resistência dos movimentos sociais emergiu a criação da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, constituída por seis comunidades: Joana Peres, Anilzinho, Xininga, Espírito Santo, Lucas e Fé em Deus, pelo decreto presidencial de 14 de julho de 2005. Neste processo, em 09 de outubro de 2001, muitos documentos de abaixo assinados foram enviados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) requerendo a criação da Reserva Extrativista. Este movimento resultou na vistoria técnica do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT)/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e Não-Renováveis (IBAMA) da área nos períodos de 06 a 10 de novembro de 2001.

Os resultados da vistoria informaram que a área estava localizada às margens da então rodovia PA-156, com cerca de 450 pessoas que vivem em uma área de aproximadamente 65.000 há, sendo sua maioria constituída por remanescente de

¹⁴ Comunidade que foi pioneira na luta pela criação da Lei Anilzinho e pela criação da Resex.

quilombo que viviam quase exclusivamente da coleta dos frutos de açaí, castanha, bacuri, extração de látex da seringa, pesca artesanal e da caça de pequenos animais (IBAMA, p. 14, 2008)¹⁵.

A luta dos moradores pela criação da RESEX, da continuidade dos recursos naturais e de uso do território ganharam força também no período de 2001 a 2002, com o apoio das organizações como o Centro Agroecológico de Assessoria e Educação Popular (CEAP), Associação dos Trabalhadores Rurais Agro-Extrativista e Pescadores Artesanais das Ilhas do Lago da UHE Tucuruí Região do Caraipé, Associação dos Pequenos Agricultores da Vila das Crioulas (APAVICRI), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá/Regional Alto Tocantins, e Prefeitura, do Vice-Prefeito, Câmara de Vereadores de Baião. Para a criação da reserva extrativista, fortalecendo assim, uma política de sustentabilidade, que tem como vertente a conservação e o uso dos recursos naturais pelas Comunidades Tradicionais.

Desde o período de 2001 a 2005 o projeto da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, foi aprovado na Câmara dos Deputados Federais, no Senado e sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o decreto nº 43.40 de 14 de julho de 2005. A criação da RESEX foi uma Conquista de resistência dos moradores aos latifundiários e madeireiros, em prol da solução dos conflitos e a proteção dos recursos naturais utilizados pelas comunidades tradicionais do município de Baião, como afirma Santilli (2015, p. 96), “o objetivo central das reservas extrativistas é conciliar a solução dos conflitos pela posse da terra com a gestão sustentável de recursos naturais,

1.4 Minha trajetória

Eu sou extrativista não somente por pertencer a uma Resex, e sim por que carrego comigo essa identidade dos meus antepassados, dos meus avós e dos meus pais que ao longo do tempo desenvolviam e desenvolvem as práticas culturais com base na extração dos produtos da floresta, pesca artesanal, pequena agricultura e outras. Estas atividades culturais foram transmitidas de geração em geração, próprias dos conhecimentos e práticas tradicionais. Estudei na comunidade de Joana Peres, do ensino fundamental ao ensino médio, concluindo em 2009. A partir daí fiquei trabalhando com meus pais: cultivando mandioca (maniva), pimenta do reino, realizando a pesca artesanal e o extrativismo.

¹⁵ Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. Texto não publicado.

De 2011 a 2012, realizei um processo seletivo para o Curso Técnico Florestal, no IFPA Campus de Castanhal, e fui aprovado. No dia da mudança para a cidade de Castanhal-PA, minha mãe disse, “filho se você não quiser ir, não vai”. Por ser seu único filho e iria passar quase dois anos fora de casa, deixou a decisão em minhas mãos. Foram dois anos de curso, e os mais difíceis da minha vida, devido a dificuldade financeira, de interação com pessoas diferentes e a maior delas, a saudade da família, mas superadas com esforço e dedicação.

No ano de 2014, na comunidade chegou a informação de que estava aberto a inscrição para o Etnodesenvolvimento, um curso diferenciado, na modalidade intervalar, voltado para povos e comunidade tradicionais, e fiz de tudo para fazer a inscrição. Para o mesmo, obtive a aprovação nas etapas do processo seletivo. O Curso de Etnodesenvolvimento superou todas as minhas expectativas, foi a escolha certa, um Curso que fala a minha realidade.

Em 2017 fiquei a frente da criação da Associação de Moradores para representar a Comunidade de Joana Peres, incentivado pelos moradores a organizar uma chapa com 12 membros para concorrer a eleição, a qual foi eleita, sendo eu como presidente por um período de 3 (três) anos. Na Gestão na comunidade, já conseguimos construir coletivamente o Acordo Comunitário que engloba a organização da comunidade de modo geral: uso dos espaços públicos, pesca artesanal, extrativismo, práticas culturais e demais aspectos da comunidade. Discutimos algumas demandas da comunidade junto à prefeitura do Município, instituições e/ou empresas que atuam na localidade.

Pretendemos futuramente construir um barracão comunitário, e junto à prefeitura municipal realizar a manutenção dos ramais de acesso às áreas de cultivo dos agricultores, viabilizar políticas públicas, no sentido de melhorar o abastecimento de água, saúde, segurança e outras, conforme a problemática que será detalhada a seguir.

2 PROBLEMÁTICA

2.1 Desenvolvimento na Amazônia

A ideologia desenvolvimentista, durante os governos militares visou mostrar uma Amazônia de grande extensão de território, porém, com um vasto vazio: demográfico e social. Enfatizando que, tal ocupação seria necessária para o ponto de partida ao “desenvolvimento”

do país e, portanto a proteção do território nacional, financiando, obras e projetos de colonização que tinham como base o “desenvolvimento econômico”, como as obras de infraestruturas e projetos de colonização.

De acordo com Pereira (1997, p. 80), [...] deve-se registrar que o processo de ocupação exigia a execução de ações de desbravamento na Amazônia, processo esse que seria realizado pela construção de rodovias, sendo as mais importantes a Transamazônica e a Perimetral Norte”. Esse processo de ocupação da Amazônia visou a construção de grandes projetos, com características direcionadas para o crescimento de áreas projetadas nos setores hidrelétrico, mineral e o agropecuário.

Com a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970 através do Governo Militar de Emílio Médici (1969-1974), que tinha como alicerce os projetos de colonização na região e construção de estradas que cortassem a Amazônia ao meio e promovesse a conexão com outras regiões do país, o objetivo era de assentar as milhares de pessoas atraídas pela propaganda do Governo Federal e em busca de melhores condições de vida para as suas famílias no território amazônico, especialmente ao longo da rodovia Transamazônica.

O objetivo era ‘integrar’ a Amazônia aos ‘estados produtivos do sul’, à ‘mão de obra do Nordeste’ e ao ‘centro do país’ (Brasília), conforme a ideologia da época. No contexto dos grandes projetos, a construção da rodovia Transamazônica, entre 1969 e 1974, é talvez a mais emblemática intervenção estatal, em termos de investimentos financeiros e de execução (LACERDA, 2012, p. 156).

Neste processo desenvolvimentista de base econômica, demográfica e pouco ecológica, a região Amazônica sofreu grandes e significativas transformações no meio ambiente, devido à execução dos grandes programas governamentais de “desenvolvimento”. Como cita Santos (2000) *apud* Bezerra (2011, p. 41):

[...] os planos de desenvolvimento da Amazônia foram direcionados para favorecer a implantação dos grandes projetos, através de subsídios e incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal e do acesso facilitado as terras para grandes grupos privados, que causaram profundas transformações ao meio ambiente.

A região amazônica é uma das regiões que possui grande diversidade de povos e comunidades tradicionais, e de práticas (saberes) de produção com o meio onde vivem. Entender esta grande diversidade, é promover o etnodesenvolvimento das mesmas.

O etnodesenvolvimento das comunidades tradicionais parte de início da organização que devem possuir, direito expresso na Constituição de 1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e do conhecimento de seus direitos, da formação diferenciada dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais que permita a auto-gestão dos territórios, dos recursos naturais e a elaboração de projetos e de políticas a partir de suas realidades.

O etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos-antropológicos, engenheiros, professores etc. – de modo a confirmar unidades políticas-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo (VERDUM, 2002, p. 88).

Não há o etnodesenvolvimento quando os projetos chamados de “desenvolvimento” vislumbram ou são elaborados a partir de opiniões e da participação dos povos e comunidades tradicionais. O que distingue o etnodesenvolvimento do desenvolvimento participativo, definido como uma política desenvolvida com os povos e comunidades tradicionais (indígenas), e não para os mesmos, é que no etnodesenvolvimento não se considera apenas as opiniões e seus anseios, permitindo ocasionalmente sua cooperação. Nele são os próprios povos e comunidades tradicionais e apenas eles quem deve promover por suas próprias mãos a governança e o seu etnodesenvolvimento (BONFIL, 1985; VERDUM, 2002). Dessa forma, as comunidades exercerão com autoridade o seu próprio desenvolvimento, construindo suas propostas de acordo com os seus desejos e direitos.

Dentro desse aspecto de desenvolvimento da Amazônia, o município de Baião (PA), em especial Joana Peres, durante o seu processo de crescimento populacional e estrutural, as famílias sobreviviam basicamente dos recursos naturais (pesca, castanha do Pará, caça, frutos), e o cultivo da mandioca, milho, feijão, arroz, e outros em pequenas áreas. No entanto, o desenvolvimento proposto para Amazônia que ocorreu através dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal, proporcionou a vinda de grandes fazendeiros para a região, latifundiários causadores de grandes transformações no meio ambiente.

Monteiro e Coelho (2004) *apud* Bezerra (2011, p. 41) afirmam que:

[...] este modelo de desenvolvimento econômico repercutiu nas dinâmicas sociais e ecológicas da região, acelerando a substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária no Estado do Pará, desencadeando, então, problemas ambientais e sociais.

De outro lado, as políticas públicas via instituições como o Banco da Amazônia (BASA), com os projetos de incentivo ao desenvolvimento econômico da região implantado na comunidade, não levaram em consideração a fertilidade do solo, comércio e outros fatores, e por falta de apoio técnico na época e atualmente, tanto do Estado quanto do município, o projeto do coco fracassou e os agricultores sofreram (sofrem) as consequências. Como bem diz o comunitário Tiago Serão, de 53 anos, sobre o Fundo Constitucional do Norte (FNO):

FNO, nós sonhava que ele ia desenvolver, [...] o plantio do coco. O projeto do FNO nos deixou com um débito imenso, hoje nós não temos condição de pagar. [...] todo mundo pensava que o projeto [...] era pra [...] plantio da pimenta, mas aí, entre banco e a EMATER, eles trocaram o projeto de pimenta pra coco. Achavam que o coco era melhor [...]. Só que eles nos enganaram, como enganaram e nós fizemos esse projeto. Só que coco não prestou pra nós, e nos deixou endividados [...] (entrevista realizada em 2016).

Através dos projetos voltados para região como o plantio do coco retratado na fala do senhor Tiago, que não foi viável para a comunidade, e devido o questionamento dos moradores, a instituição financiadora do projeto e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER) de Baião (PA), responsáveis pelo projeto, respondendo ao pedido dos agricultores, viabilizaram outro projeto voltado para o cultivo da pimenta do reino. Com o monocultivo da pimenta do reino, a atividade de agricultura na comunidade evoluiu.

Inúmeras pessoas começaram a cultivar a pimenta do reino, a partir das práticas promovidas através dos saberes locais, da troca de saberes entre os agricultores. Porém, no decorrer do tempo, começaram a morrer as pimenteiras. Com a morte das pimenteiras, veio a decair o cultivo da pimenta do reino na comunidade. Devido a isso, muitos agricultores perderam o seu cultivo, mas, buscaram espécies melhoradas de pimenta do reino. Atualmente na comunidade poucas pessoas trabalham com o cultivo da pimenta, devido à dificuldade financeira para conseguir mudas de pimenta que sejam resistentes às doenças.

Dentro do aspecto de que o monocultivo produz uma vez por ano, ou seja, proporciona apenas uma colheita por ano, alguns produtores desde o avanço das pragas nos pimentais começaram a cultivar em consorcio, algumas culturas como: pimenta do reino, açaí, cupuaçu, essências florestais e outras espécies.

Durante os estudos realizados nos Tempos Comunidades, identificamos alguns problemas enfrentados pela comunidade nos setores da saúde, educação, o alcoolismo, a falta

de emprego, o aumento da pecuária extensiva, derrubadas de áreas de florestas para a atividade agrícola, de danos ocasionados por queima de pastos e roçados, provocando assim a diminuição dos recursos naturais.

Dessa forma, a partir dos diálogos e da reunião com os comunitários surgiram alguns questionamentos motivadores para elaboração deste trabalho voltado para a atividade de agricultura: como a construção de uma proposta de ampliação do consorciamento com espécies perenes e essências florestais nativas da região pode fomentar a renda familiar o ano todo? Com o desenvolvimento da agricultura, haverá promoção de emprego na comunidade e consequentemente incentivar as pessoas a permanecerem na comunidade?

Foram a partir destes questionamentos discutidos com os comunitários que encaminhou-se a construção da proposta do fortalecimento da agricultura familiar sustentável na comunidade de Joana Peres, que como sistema de produção as práticas do tópico a seguir.

3 SISTEMA DE PRODUÇÃO

Na comunidade de Joana Peres, as principais fontes de renda e sustentabilidade dos núcleos familiares advém da agricultura, do extrativismo, da pesca artesanal, além dos programas como o bolsa-família e o seguro defeso das famílias que não têm funcionários públicos. De acordo com Ribeiro Filho (2016, p. 17).

Desde o surgimento desta comunidade, as famílias tinham atividades tradicionais, como a pesca, a roça e o extrativismo como base de subsistência e produção econômicas, ou seja, como fonte de renda. De fato, essas atividades ainda são as principais fontes de subsistência e econômica dos moradores dessa comunidade. São elas que garantem a sustentabilidade da maioria das famílias. Os saberes culturais relacionados ao meio ambiente garantem o modo de sobrevivência das famílias da comunidade, que destes ainda dependem. Os moradores da comunidade estabelecem seus próprios modos de vida ligados ao ambiente onde vivem.

Esta comunidade extrativista possui uma relação extremamente forte com a água e com o ambiente, uma economia voltada no extrativismo, na agricultura e outras atividades. Além dos programas citados, que demonstram uma significativa contribuição na economia da localidade, porém, se observa a ausência de políticas públicas direcionadas a desenvolver os sistemas produtivos nessa localidade, pensado para gerar renda e promover o bem-estar social das famílias.

3.1 Dinâmica do Sistema de Produção

3.1.1 Subsistema Extrativista

O extrativismo é uma fonte de renda que é realizado principalmente no período de inverno em que as espécies como castanheiras, bacuri, bacaba, tepereba encontra-se em sua safra. Destes produtos a castanha é a mais comercializada na localidade e nas cidades próximas como Baião e Cametá e em grandes quantidades, também utilizada para consumo familiar; a bacaba e teperebá são extraídos em pequenas quantidades para consumo, já o bacuri extraído em pequenas quantidades, porém somente para comercialização nas cidades próximas, produto muito procurado.

Em média, o preço da castanha do Pará oscilou no ano de 2018 entre R\$50.00 e R\$25.00 a lata de aproximadamente 12 quilos; o bacuri entre R\$25 e R\$30 o quilo, e a bacaba no valor de R\$4.00 o litro na localidade.

3.1.2 Subsistema Pesca Artesanal

A pesca artesanal é uma prática reconhecida principalmente pela mão de obra familiar, com embarcações de pequeno porte, como a canoa a remo ou motorizada (rabeta). É realizada nos rios e lagos da localidade. De acordo com Ribeiro Filho (2016, p. 23):

Na comunidade de Joana Peres, tradicionalmente falando, a pesca e a roça são as atividades mais importantes, em se tratando de subsistência das famílias. A pesca é a atividade que, de maio a outubro, garante a alimentação dos pescadores artesanais. Nos meses de novembro a fevereiro, no período do defeso, os pescadores são beneficiados com o Seguro Defeso, para não pescar nesse período, quando o peixe está desovando. Os pescadores, para chegar até os locais de pesca, utilizam a rabeta ou canoa a remo. Os apetrechos usados na pesca são a malhadeira (rede de pesca), caniço, linha de nylon e anzol. Os peixes capturados na malhadeira são: curimatá, acará, piranha, piaui, pescada, mapará e outros. Os capturados com anzol são: pescada, acará, piranha e outros. Os pescadores pescam tanto à noite quanto de dia, depende muito do pescador ou do rio, no contexto de enchente ou vazante. Contudo, normalmente os pescadores saem de suas casas para pescar no término da enchente ou no término da vazante, quando os peixes estão entrando ou saindo da várzea, igarapé e no próprio rio.

É importante ressaltar que a atividade de pesca é realizada para o autoconsumo e em alguns casos para a comercialização, e atualmente quando capturado o mesmo é alojado em recipientes com gelo para posteriormente ser consumido e/ou comercializado. A única política pública existente na comunidade direcionada a prática da pesca é o seguro defeso. O defeso é período em que as espécies estão de piracema (desovando), ficando proibida a

captura das espécies, possibilitando assim maior proliferação das espécies. Nesse período as famílias só podem realizar a captura do pescado somente para o seu consumo.

Em média o preço do pescado na comunidade varia entre R\$8.00 e R\$10.00 o quilo, dependendo da espécie do pescado que está sendo comercializado.

3.1.3 Subsistema de cultivo

Na localidade a agricultura é realizada pelas famílias (núcleo familiar) usando o sistema tradicional chamado corte/queima. Pelas famílias são cultivados o milho, arroz, feijão, mandioca, especialmente para a dieta alimentar e os cultivos como, pimenta do reino, cacau, são produtos comercializados no comércio local e nas cidades de Baião ou Cametá. Os produtos como açaí, cupuaçu também são cultivos usados somente para o consumo familiar.

Em média o preço da pimenta do reino oscila de R\$6,00 e R\$5.50 o quilo e o preço do quilo do cacau é R\$6.00 no município.

De acordo com os agricultores, as dificuldades existentes no desenvolvimento de seu sistema de produção e comercialização de seus produtos estão ligadas a falta de assistência técnica dos órgãos competentes, ao preço baixo dos produtos, a falta de irrigação para os cultivos, a falta de recurso para investir na sua propriedade, a estrada para escoar a produção e a falta de energia nos sítios. Através destas informações podemos identificar que são necessárias políticas públicas para que haja a promoção da agricultura familiar na região.

3.1.4 Subsistema de criação

O sistema de criação de bovino na comunidade é uma atividade desenvolvida em sua maioria pelo trabalho familiar, de modo extensivo, que se constitui na criação a pasto, em geral, sem enorme aplicação de recursos econômicos, sendo realizado pelos comunitários, no modo de criação de bovino solto, no qual os animais pastam com certa liberdade.

De acordo com os relatos dos produtores, os mesmos desenvolvem esta atividade como a finalidade de manter a sustentabilidade da família para além de outras atividades, no caso, ter uma segurança econômica para o futuro, não visando criar para comercializar. Porém, na realização dessa atividade, a cada ano que passa os produtores almejam aumentar a sua área de criação provocando ainda mais o desmatamento na comunidade.

Esse sistema tem o mesmo processo de corte/queima para preparo da área do sistema de cultivo. O plantio é realizado normalmente pelo produtor, por via de mudas retiradas de outras áreas de pastos ou pelas sementes inseridas no solo manualmente pelo próprio produtor. No desenvolvimento dos bovinos os mesmos trabalham com a vacinação e como o controle de doenças e utilizam sais (nutrientes) para o melhor desenvolvimento dos animais. No entanto, os produtores enfrentam a falta de orientação técnica para auxiliá-los nesse sistema. Problemas que trataremos neste Plano de Ação para justificar a sua elaboração.

4 JUSTIFICATIVA

Durante as pesquisas na comunidade de Joana Peres para os Tempos Comunidades observou-se a falta de incentivo, de políticas equivocadas voltadas a prática da agricultura na comunidade, diminuição da economia dos agricultores, que estão em situação de desamparo por falta de melhorias nas estradas, financiamentos voltados para a região, linhas de créditos, energia nas propriedades, assistência técnica, atendimento adequado à saúde e educação, ao lazer e etc.

A falta de assistência e apoio provocam o desânimo, desistência em trabalhar na agricultura. Para Maciel *et al.* (2017, p. 150), a assistência “é fundamental para que essas famílias permaneçam em suas áreas de forma digna, proporcionando também um aumento na economia da região, já que os produtos produzidos serão vendidos a um preço mais razoável a todos, diminuindo assim o nível de pobreza”. Maciel e Gomes (2013, p. 5) afirmam que:

A reprodução da agricultura familiar depende claramente da mudança do paradigma da modernização da agricultura, como principal política de geração de renda e desenvolvimento comunitário, para um novo paradigma do desenvolvimento rural, buscando-se um novo padrão para o meio rural, porém ajustado a cada região e realidade em que se encontram as famílias rurais.

Nesse âmbito de produção familiar rural, a agricultura de consórcio de vários cultivos em um determinado espaço, prática que os agricultores timidamente já desenvolvem, que promove a sustentabilidade é a base para o equilíbrio do meio ambiente. De acordo com Silva (2015, p. 401):

[...] a sustentabilidade implica cultivar relações, significados e práticas que geram, sustentam e dão sentido à vida. Quando violamos essas relações, significados e práticas, criamos vulnerabilidade para a vida; quando delas cuidamos, contribuímos à sua sustentabilidade.

Nesse aspecto, realizar uma agricultura sustentável é de suma importância, uma vez que a fonte do sustento (sustentabilidade) da maioria das famílias da comunidade de Joana Peres, também está relacionada com a extração dos recursos naturais e da agricultura.

O fortalecimento da agricultura com sistemas de consorciamento irá proporcionar a recuperação da cobertura florestal, o equilíbrio da biodiversidade, conservação do solo, retenção de umidade, ambiente agradável para o trabalho, produção durante o ano inteiro, renda o ano inteiro, produção diversa e saudável de alimentos e incentivar os produtores para a atividade de agricultura.

Mecanizar as áreas dos agricultores familiares rurais proporcionará a não utilização do fogo para o preparo das áreas e consequentemente a diminuição das queimadas ocorridas nos períodos de queima dos roçados e reutilização das áreas já cultivadas sem uso do fogo. “Em termos de efeitos no solo, a ação do fogo acarreta diversas mudanças de natureza física, química e biológica, que também podem afetar negativamente a agricultura” (SÁ et al, 2007, p. 93). A agricultura sem o uso do fogo contribuirá com a preservação da fauna e flora do território da comunidade. Além de diminuir o tempo de trabalho, irá reduzir o desgaste físico provocado pela prática manual do preparo da terra realizado pelos agricultores.

Diretamente relacionada à atividade agrícola, a prática da queimada, sem incluir medidas que garantam o seu controle, tem sido responsável por perdas significativas de patrimônio no meio rural amazônico, particularmente de áreas florestais e de cultivos perenes, que são atingidas por incêndios provocados pelo avanço do fogo em áreas que não deveriam ser atingidas (SÁ et al., 2007).

Pensar em uma agricultura sustentável e possibilitar alternativas sem o uso do fogo é a forma de frear as queimas e a derruba de grandes áreas de florestas primárias para a produção da pecuária, que atualmente vem aumentando na comunidade. Segundo Sá et al. (2007):

[...] uma das principais iniciativas de pesquisa voltada à substituição do uso de fogo na agricultura amazônica [...] oferece a oportunidade de substituir o sistema de corte-e-queima pelo de corte-e-trituração, já tendo realizado experimentos [...] inicialmente na região Nordeste do Pará.

Cabe ressaltar que a comunidade de Joana Peres pertence a uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e a pecuária intensiva e queimadas provocam a diminuição dos recursos naturais.

Para tanto, pensar em um plano de etnodesenvolvimento requer considerar as conexões sociais estabelecidas nas bases organizacionais das comunidades. O pleno sucesso deste plano de ação está vinculado à valorização social dos inúmeros sujeitos envolvidos, ou seja, mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, que os mesmos sejam sujeitos políticos e preparados através de Políticas de Inclusão de Estado, com base nas realidades locais. No entanto, é importante evidenciar a participação de todos, principalmente as mulheres e os jovens.

[...] ao Estado cabe contribuir para a criação das condições que tornem possível o etnodesenvolvimento, além de prepara-los para atuar no sistema de relação de mercado globalizado. Superar a tutela do Estado passa também pela capacidade de geração de renda a partir dos recursos materiais, humanos e simbólicos localmente disponíveis (VERDUM, 2002, p. 91).

No desenvolvimento da atividade agrícola na localidade está em especial o trabalho da mulher na esfera produtiva. A inclusão de uma proposta de aproximação de gênero é de suma importância no projeto, incluir uma nova visão nas relações sociais entre homens e mulheres. Dentro desse aspecto de valorização deve proporcionar a participação ativa das mulheres nas deliberações e nas elaborações de propostas para as atividades.

Nesse sentido, é fundamental a valorização dos jovens e idosos como atores sociais detentores de conhecimentos valiosos. Portanto, é necessário traçar metas para combater a exclusão social para que possamos avançar e trabalhar em um novo modelo de comunidade. Para este objetivo, é necessário o desenvolvimento de políticas específicas que proporcionem aos jovens das comunidades tradicionais oportunidades de emprego, lazer, formação, educação com currículo adequado à realidade e, assegurar áreas de atuação, com intuito de possibilitar uma nova forma de etnodesenvolvimento nas comunidades.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Fortalecer a agricultura na comunidade de Joana Peres através do consorciamento de cultivos (perenes e essências nativas da região).

5.2 Objetivos Específicos

a) Introduzir novas técnicas e aprimorar o sistema de consorciamento diversificado dos produtores com culturas frutíferas e essências florestais nativas da região;

b) Propiciar ações coletivas para o manejo de consórcio junto às famílias como forma de contribuir no processo produtivo;

c) Realizar oficinas e intercâmbio sobre Sistema de Consórcio de cultivos e troca de saberes entre agricultores e entidades atuantes na agricultura familiar, quanto para diagnosticar os problemas enfrentados no cultivo e formas de resolvê-los.

d) Fortalecer parcerias entre a Comunidade, órgãos públicos e outras entidades afins.

6 METAS

a) Trabalhar com 20 (vinte) famílias de produtores rurais da Comunidade Extrativista de Joana Peres;

b) Construir uma dinâmica coletiva de consórcio focando na importância produtiva das culturas e geração de renda das famílias da Comunidade Extrativistas;

c) Construir um viveiro coletivo para produção de mudas para atender vinte famílias;

d) Trabalhar com 04 (quatro) espécies frutíferas e 02 (duas) essências Florestais, no total de 06 (seis) espécies em um hectare de cada agricultor, no total de 20 hectares;

e) Realizar o preparo de solo mecanizado de um hectare na área de cada agricultor, no total de 20 hectares;

f) Trabalhar o consórcio de cultivo em um hectare na área de cada produtor, no total de 20 hectares;

g) Realizar um intercâmbio com os agricultores de Tomé-Açu-PA

h) Realizar 01 (uma) oficina para avaliar e compartilhar os resultados alcançados com execução do projeto com as 20 (vinte) famílias beneficiadas.

7 METODOLOGIA

O pensamento de construir este projeto vem primeiramente da motivação enquanto grupo de pertença, em especial os produtores familiares rurais da comunidade e do grupo formado para discutir ações que promovam o etnodesenvolvimento. Neste sentido, o primeiro passo foi realizar com os comunitários uma reunião para discutir propostas promovidas por eles, e por ser uma pesquisa-ação, o projeto busca atuar diretamente na realidade dos atores sociais da própria comunidade, como registra Franco (2005, p. 486) “[...] a pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa”.

Neste propósito, a pesquisa-ação é uma ferramenta de estudo de grande importância, diferente da clássica, que trabalha a realidade dos sujeitos, e, sobretudo, a promoção de reflexões, discussões e plano de ação. Para Engel (2000, p.182), “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Uma alternativa que busca intervir a partir das demandas dos sujeitos nas comunidades envolvidas nos estudos de intervenção.

Neste aspecto, de pesquisa-ação, o desenvolvimento das atividades na execução do projeto ocorrerá de acordo com as etapas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Organograma das etapas do projeto

1ª Etapa	Oficina: Discussão do Plano de Ação e sua forma de implantação para/com as Associações locais e os agricultores.
2ª Etapa	Oficina: Diagnósticos dos Problemas enfrentados nos cultivos e formas de resolvê-los
3ª Etapa	Oficina: Sistema de Consorciamentos de cultivos e troca de saberes.
4ª Etapa	Intercâmbio
5ª Etapa	Construção do viveiro e Produção de mudas.
6ª Etapa	Análise de solo das áreas, limpeza e arado das áreas.
7ª Etapa	Plantio das espécies
8ª Etapa	Irrigação.
9ª Etapa	Elaboração dos Relatórios de execução do projeto e oficina para apresentação dos resultados.

Este projeto terá como agentes facilitadores no desenvolvimento das atividades a ser realizadas na sua implementação, a Faculdade de Etnodiversidade (UFPA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar (SEMAF), Comissão Pastoral da Terra de Tucuruí-PA (CPT), Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Cametá-PA (IFPA), ELETRONORTE e o GRUPO LN GUERRA (Industria e Comércio de Madeira Ltda), viabilizando apoio técnico no decorrer das atividades, quanto na submissão junto as suas diretórias para aprovação e financiamento do projeto.

7.1 Oficinas

Todas as oficinas serão desenvolvidas por meio do Diálogo de Saberes. Diálogos estes que terão como eixo os saberes e práticas tradicionais, valores étnicos, a história dos agricultores (da comunidade). Neste sentido, pretende-se discutir a realidade e as problemáticas enfrentadas pelos sujeitos para propiciar ações que promova a agricultura e interações por meio da troca de saberes entre agricultores locais, de outras localidades e entidades parceiras. Assim, objetivará: compreender o agricultor como sujeitos detentores de práticas e produtores de conhecimentos valiosos, a partir de suas visões de produção; prestar assistência aos agricultores, oportunizando troca de experiências por meio de ações conjuntas (proponente, seus técnicos e entidades parceiras); incentivar a participação dos agricultores, comunidade e entidades parceiras a implantação de uma agricultura sustentável na localidade; identificar métodos e técnicas empíricas locais, saberes científicos e tecnologias propiciam a agricultura sustentável através das discussões; propiciar debates sobre a agricultura na localidade viabilizando reflexão e ação.

As oficinas serão desenvolvidas pela proponente e pelos agricultores, beneficiados pelo projeto, desenvolvendo atividades lúdicas, que possam refletir a grande importância de se ter a organização em qualquer atividade. Em todo o processo de execução do projeto, havendo discordância na realização das atividades, entre agricultores e técnicos, prevalecerá o etnosaber local, haja visto que o projeto foi elaborado para/com a comunidade. Cada atividade proposta no projeto poderá ser revista pelos agricultores com objetivo de obtermos a melhor forma de executá-las. Quando necessário reunirão a proponente, agricultores e técnicos para discutirem e redefinirem as atividades que necessitem de revisão. Deste modo, segue as etapas de execução do projeto.

7.1.1 Oficina de apresentação do Plano de Ação e seu desenvolvimento

A apresentação da proposta na comunidade será realizada através de uma Assembleia com as entidades¹⁶ que atuam em Joana Peres e com os comunitários para demonstração do Projeto. O objetivo da reunião é proporcionar aos moradores a devida troca de informações e para obter um bom desenvolvimento nas atividades propostas. Terá como ponto principal incentivar a participação dos comunitários neste projeto e sua contribuição com os seus conhecimentos.

Nesta etapa será realizado o levantamento dos agricultores que irão participar do projeto, o qual será apresentado todo o seu processo de execução visando que os agricultores contribuam no planejamento das atividades através de suas práticas tradicionais e experiências de vida para que possamos executar o projeto com base nas suas realidades.

Nesta etapa e nas outras etapas do projeto teremos como parceria junto a discussão do plano de ação e suas etapas de execução na comunidade a Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará, contribuindo a partir da construção do projeto para atender a demanda da comunidade através da visão de etnodesenvolvimento das comunidades tradicionais e da valorização dos saberes locais.

7.1.2 Oficina - diagnósticos dos problemas enfrentados nos cultivos e formas de resolvê-los

Esta oficina terá duração de 06 horas, e como ponto de partida os saberes e práticas na agricultura familiar local e de outras regiões, com intuito de haver troca de saberes. Iniciando pela partir da manhã, trabalharemos com o dialogo aberto para identificarmos ou diagnosticarmos através da oralidade os desafios e dificuldades enfrentados pelos agricultores (desenvolvimento dos cultivos, irrigação adubação e outros), a partir do etnosaber local e do desenvolvimento da agricultura na localidade.

¹⁶ Associação dos Moradores e Mini Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, do Polo Norte, das Comunidades: Vila de Joana Peres e Xininga - ASSORIANORTE, e a Associação dos Moradores, Pecadores e Produtores Familiares Rurais da Vila Extrativista de Joana Peres, Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho - AMEJP, entidade criada através da eleição para escolha da Diretoria da mesma, no dia 03 de dezembro de 2017. Na intenção que Joana Peres tenha de fato um representante legal, mas ainda está em processo de regularização de documentação.

A oficina reunirá 01 (um) membro de cada família participante do projeto, no total de 20 (vinte) agricultores (as), com intuito de levantar discussões que possam contribuir na execução das atividades propostas, bem como elaborar o planejamento das ações previstas no projeto. Vale ressaltar que estarão participando agricultores de outras localidades que já desenvolvam a agricultura em consórcio e representantes de entidades afins, que realizam estudos e tenham trabalhos voltados na agricultura familiar.

A partir da análise dos problemas enfrentados pelos agricultores, dificuldades e potencialidades, serão realizadas as atividades através do etnosaber dos agricultores. Esta proposta a partir do etnosaber será de suma importância para a execução do Plano Ação, uma vez, que os problemas elencados e soluções partirão da realidade local.

Nesse sentido, os agricultores poderão auto-gerenciar seu planejamento e desenvolvimento e, desta maneira, a compartilhar experiências de projetos mal sucedidos e os que deram certo na comunidade e analisar os seus conhecimentos e práticas, a fim de melhorar nosso planejamento e ação na agricultura. Além de impulsionar a autoanálise, através da troca de saberes de agricultor para agricultor e profissionais das entidades participantes.

7. 1.3 Oficina sobre sistemas de consorciamento e troca de saberes

A oficina iniciará pela manhã, com 06 horas de duração. No decorrer de 03 horas da programação, teremos 15 minutos para o lanche. a mesma será de grande importância para o desenvolvimento do projeto e para que os agricultores possam se interessar pela implantação ou melhoramento do seu sistema de cultivo. Para isso, trabalharemos nesta oficina os seguintes temas:

1. Definição dos Sistemas de Consórcios;
2. Classificação dos Consórcios;
3. Efeito das arvores no Consórcio;
4. Vantagens e desvantagens do Consórcio;
5. Práticas Consorciais;

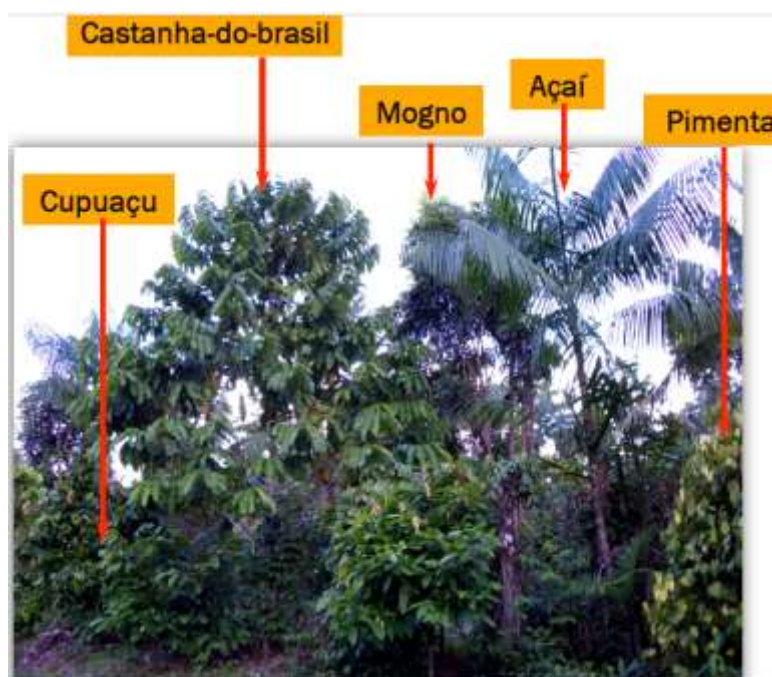
6. Levantamento das culturas para o Consórcio; e

6. Relatos de experiência de Consórcio na região.

Nesta atividade de sistema de consórcio a partir do etnosaber e da agricultura familiar é interessante e de grande relevância, visto que irá trabalhar as vantagens econômicas, os sistemas de consórcio e as questões socioambientais, o uso sustentável dos recursos naturais com uma menor dependência dos agricultores por insumos externos que distingue esse sistema de cultivo, que proporciona maior segurança alimentar e economia, tanto para os agricultores, quanto para quem consome os produtos.

A Figura 4 representa um sistema de consorcio, o qual é realizado pelos agricultores do município de Tomé-Açu. Sistema que este Plano de Ação trás como proposta a ser desenvolvida nas áreas dos agricultores beneficiados.

Figura 4: Sistema de consorcio.



Fonte: CAMTA, [200-).

Será o momento de realizar o levantamento das culturas que os agricultores pretendem cultivar, podendo ser revista de acordo com a viabilidade para implantação do consorciamento; áreas para a implantação do viveiro; firmar parceria com entidades

convidadas; discutir o potencial das culturas a serem trabalhadas no projeto, formas de implantação e os consórcios que deverão ser trabalhados nas áreas.

7.2 Intercâmbio

A intencionalidade desta etapa, é que os produtores conheçam a agricultura de sistema de consórcio de outras localidades: Fazenda Konagano, em Quatro Bocas, Tomé-Açu, Pará, e o Sítio do seu Maribundo, localizado próximo a comunidade de Anilzinho, Baião, Pará, como todo o seu processo de construção através dos relatos de experiências. Conhecer também o processo e o tipo de organização existente dos agricultores na região do intercâmbio, o beneficiamento, comercialização e os espaços desse processo.

O intercâmbio será realizado no mês de novembro de 2019, tendo duração de dois dias e participará dessa atividade um membro de cada família beneficiada pelo projeto.

Teremos como facilitares deste intercâmbio os órgãos com, ICMBio, SEMAF, ELETRONORTE e o GRUPO LN GUERRA. Viabilizando transporte, alimentação e estadia para os agricultores que participantes do evento.

7.3 Construção do viveiro e produção de mudas

Nesta etapa, construiremos um espaço coletivo de viveiro e produção de mudas, com a participação de 01 (um) membro de cada família participante do projeto. O importante dessa etapa é que os agricultores irão estar inteiramente participando da produção de seus próprios cultivos, através de seus saberes e orientações dos técnicos.

A construção do viveiro e o preparo dos insumos para encher as sacolas para a implantação das sementes das espécies em germinação ou não, serão trabalhados num período de vinte a trinta dias. A produção das mudas serão através das sementes locais e das disponibilizadas pelos agricultores das áreas de intercâmbio das espécies que estão destacadas abaixo (ver quadro 2).

O viveiro terá a dimensão de 40 x 40 metros, totalizando uma área total de 1.600 m², sendo dividido em quatro submódulos. A cobertura será realizada utilizando-se sombrite com 50% de interceptação da luz solar, que irá favorecer as espécies. A armação do sombrite será realizada com arame liso apoiado sobre esteios e tensionados até os últimos suportes

posto em todas as laterais do viveiro, em 4 em 4 metros. O viveiro será irrigado, e utilizará o sistema de irrigação por microaspersão.

Figura 5: Croqui do viveiro



Fonte: Goes (2006).

Trabalharemos com seis espécies, sendo quatro frutíferas e duas florestais, mas as mesmas poderão ser substituídas por outras espécies no decorrer das oficinas, se assim for acordado pelos agricultores (Quadro 2), quanto a produção de mudas no viveiro coletivo, que poderá ser trabalhado individualmente na área escolhida por cada agricultor.

No cultivo das espécies florestais, os agricultores poderão plantar em áreas que já foram desmatadas para reposição das espécies.

Quadro 2: Espécies a serem trabalhadas no projeto.

Espécies pretendidas	Nome científico	Densidade por hectare	Quantidade	Pronta para plantio
Cacau	Theobroma cacao	625	12,500	6 a 10 meses
Açaí	Euterpe oleracea	400	8,000	6 a 10 meses
Cupuaçu	Theobroma grandiflorum	277	5,540	6 a 10 meses
Pimenta do reino	Piper nigrum	1600	32,000	3 a 6 meses
Castanha do Pará	Bertholletia excelsa	44	880	08 meses após germinação
Bacuri	Platonia insignis	100	2,000	5 meses após a germinação

7.4 Análise de solo das áreas, limpeza e arado das áreas

Neste momento de execução do projeto, os técnicos farão as coletas de amostras de solos de cada propriedade familiar rural participante do projeto, que encaminharão para que seja realizada a análise de laboratório para identificação de suficiência ou deficiência de nutrientes e outros fatores que prejudicam o desenvolvimento do cultivo, como também a recomendação de adubação para cada área, conforme os conhecimentos dos agricultores, ou se assim, desejarem por meio da metodologia estabelecida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A limpeza e aração da área de cada agricultor serão realizadas em parcerias com a SEMAF, através do cadastro e requerimento junto à mesma solicitando maquinários para a realização das atividades. As áreas a serem limpas e aradas serão indicadas pelo agricultor, de preferências aquelas de capoeiras e as que já foram utilizadas.

7.5 Plantio das culturas

O plantio dos cultivos será realizado de acordo com as necessidades de espaçamento adequado ao desenvolvimento e as necessidades de luz, fertilidade, altura e tipo de copa de cada cultivo no consórcio para o melhor desenvolvimento das espécies. Questões que serão definidas pelo etnosaber dos agricultores na segunda etapa (oficina) do projeto.

Esse processo de adubação e plantio dos cultivos, será acompanhado pela proponente e pelos técnicos, auxiliando os agricultores para a melhor execução do projeto. As técnicas de plantio e adubação dos cultivos citadas acima serão definidas também coletivamente na oficina, iniciando a partir dos conhecimentos empíricos dos agricultores, ou pelos estudos realizados pela EMBRAPA sobre consórcio, se assim desejarem.

Os conhecimentos empíricos e estudos de consórcio que serão avaliados no decorrer da oficina, poderão ser readequados conforme as experiências realizadas pelos agricultores locais e de outras localidades.

7.6 Irrigação

A Irrigação em contextos da agricultura sustentável será um ponto importante no desenvolvimento dos cultivos trabalhados no projeto, de acordo com o etnosaber dos

agricultores e com métodos como: irrigação por aspersão em que a água é aspergida sobre a superfície de um terreno e irrigação por gotejamento que aplica água diretamente sobre a região onde se concentra o sistema radicular do cultivo, com pequenas vazões, que possam contribuir com uma agricultura sustentável, que serão definidas na segunda etapa do Plano de Ação. A irrigação é uma exigência dos agricultores, por perdas de cultivos na localidade por falta de água.

No mais, essa prática possibilitará o aumento na produtividade, produção de produtos de melhor qualidade, possibilitará também produção no decorrer do ano. A irrigação realizada acompanhada do uso correto de outras práticas e cuidados nos cultivos, e desde que seja realizado o manejo corretamente, permite maior segurança no desenvolvimento dos cultivos e maior chance de sucesso. Este processo de irrigação seguirá orientação dos técnicos responsáveis com a aprovação dos agricultores.

7.7 Relatórios de execução do projeto e oficina para apresentação dos resultados

Ao finalizarmos o Plano de Ação elaboraremos relatórios de todas as atividades no decorrer do projeto, contendo todas as informações pertinentes aos serviços executados. Cada participante do Plano de Ação apresentará de forma sucinta os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas na execução das atividades propostas. Tanto a proponente, os agricultores, técnicos e as entidades que participarão do projeto. Para proporcionar uma autorreflexão sobre os problemas conceituais e metodológicos de projetos que foram implantados na Amazônia e principalmente na comunidade.

Esse relatório e reflexões serão apresentados na oficina, onde todos os envolvidos no projeto participarão, em especial os agricultores. A oficina iniciará às 08 horas da manhã e terá duração de 04 horas. A mesma terá um intervalo de 15 minutos para o lanche. No final da palestra os agricultores farão as considerações finais da execução do projeto e dos resultados obtidos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Ação é uma construção coletiva de conhecimento a partir do olhar do etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais que Bonfil e Verdum debatem. Discussão que o curso de etnodesenvolvimento me proporcionou, uma visão acadêmica diferenciada que outro curso não possibilitaria compreender o pertencimento, de pessoa, de mundo, de direitos e deveres enquanto pertencente de um grupo diferenciado.

Partindo desse pressuposto, esperamos que este trabalho venha contribuir para o desenvolvimento da agricultura sustentável da região, sustentabilidade das famílias e do meio ambiente, proporcionando uma autorreflexão aos comunitários para a importância da organização e de seus saberes, e que ninguém além de nós pode promover o nosso etnodesenvolvimento.

Enfim, percebo e tenho outra visão de mundo e principalmente da comunidade de Joana Peres, minha pertença. Deixando de ser um comunitário inerte nas deliberações, sobretudo no que diz respeito as intervenções de políticas públicas, programas e projetos governamentais que são elaborados pelas elites do capitalismo “desenvolvimentista” que destroem os nossos territórios. Hoje nos tornamos mais fortes, com autonomia, para construirmos a partir de nossa realidade os nossos Planos de Ações visando o desenvolvimento da nossa Comunidade.

10 REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Nicolle Rafaella Costa. A Amazônia e os Novos Paradigmas de Desenvolvimento Rural: uma breve reflexão teórica. **Revista Brasileira de Agroecologia**. N. 6, v. 2. Belém, p. 42 - 2011.
- BONFIL, Batalla G. Los pueblos indios, sus culturas y políticas culturales. Disponível em <https://centrito.files.wordpress.com/2011/06/1b.pdf>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.
- ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba, n. 16, p.181-191. UFPR, 2000.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, Abril./jan. 2013.
- LOPES, Rhuan dos Santos; FARIA, Eliane da Silva Sousa. Nos tempos da comunidade: interculturalidade pedagógica nos quilombos de Salvaterra, Marajó (PA). In: OLIVEIRA, Assis da Costa; BELTRÃO, Jane Felipe. **Etnodesenvolvimento & Universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais**. Belém: Editora Santa Cruz, 2015.
- MACIEL, R. C. G.; CAMPOS, K. P. da C. Agricultura familiar no Acre: considerações a partir do censo agropecuário 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49. 2011, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: SOBER, 2011.
- MACIEL, Raimundo Claudio Gomes; CAVALCANTE FILHO, Pedro Gilberto; SOUZA, Dieime Lopes de; MARÇAL, Geso Willian da Silva; SOARES, Sarah Cristina Cavalcante. Agricultura Familiar em Assentamentos na Amazônia: desempenho econômico das famílias no projeto de desenvolvimento sustentável Bonal, Acre. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Acre, v. 16, n. 30, p. 146 -164, set. 2017.
- PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 34 n. 134 abr./jun. 1997.
- RAMOS, Sandoval Coêlho. **Baião: história de um Município** – Valente – Gráfica e Editora Passagem Saldanha Marinho. Belém. 2009.
- RIBEIRO FILHO, Manoel Machado. **Relatório: 2º Tempo Comunidade**. Altamira: Universidade Federal do Pará, 2016.
- RIBEIRO, Domingos C. F. **Conservação e População Tradicional em Área de Unidade de Conservação: o Caso da Vila de Joana Peres na RESEX Ipau-Anilzinho**. 2014. 58 f. TCC, (Graduação) Curso de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Tucuruí, 2014.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu; KATO, Osvaldo Ryohei; CARVALHO, Claudio José Reis de; FIGUEIREDO, Ricardo de Oliveira. Queimar ou não queimar? De como produzir na Amazônia sem queimar. **Revista Usp**, São Paulo, v.72, p. 90-97, dez./fev. 2007.

SILVA, José de Souza. O Dia Depois do Desenvolvimento: giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 401-420, ago. 2015.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: nova /velha utopia do indigenismo**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-graduação Sobre As Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VERDUM. R. Etnodesenvolvimento e mecanismo de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas a contribuição os Subprograma Projetos Demonstrativo (PDA). In: LIMA, A. S; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista** Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002, p. 87-106.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Reunião de discussão e definição do tema do projeto.



APÊNDICE B: Reunião de discussão e definição do tema do projeto.

